

BANCO GUANABARA S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL****(Em milhares de reais)**

	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
ATIVO		
CIRCULANTE		
Disponibilidades	1.091.008	1.063.595
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.732	1.691
Aplicações em operações compromissadas	353.506	449.152
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	356.750	315.100
Carteira própria	342.060	314.703
Vinculados a Compromissos de Recompra	14.601	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	90	397
Dependencia no país	2.454	1.257
Interdependencia	2.454	1.257
Relações interfinanceiras		
Operações de créditos	376.036	288.645
Setor privado	399.913	309.694
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(23.877)	(21.049)
Outros créditos	507	215
Rendas a Receber	20	-
Diversos	490	335
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(3)	(120)
Outros valores e bens	23	7.535
Outros valores e bens	-	7.464
Despesas antecipadas	23	71
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	213.062	166.020
Títulos e valores mobiliários	11.659	10.112
Carteira própria	11.659	10.112
Relações interfinanceiras	339	203
Créditos Vinculados	339	203
Operações de crédito	190.723	155.369
Setor privado	196.034	155.369
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(5.311)	-
Outros créditos	554	336
Diversos	561	664
Provisão outros créditos	(6)	(328)
Outros valores e bens	9.787	-
Outros valores e bens	9.787	-
PERMANENTE	3.766	2.407
Investimentos	1.874	1.857
Participação em Coligadas	397	380
Outros investimentos	1.477	1.477
Imobilizado	1.590	297
Outras imobilizações de uso	4.828	3.397
Depreciações acumuladas	(3.238)	(3.100)
Imobilizado de arrendamento	3.940	4.597
Depreciações acumuladas	(3.940)	(4.597)
Intangível	303	253
Ativos Intangíveis	731	570
Amortizações acumuladas	(428)	(317)
Total do Ativo	1.307.837	1.232.022

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL**
(Em milhares de reais)

	Nota	Exercício findo em	
		31.12.17	31.12.16
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		166.157	173.651
Depósitos	11.a	76.073	81.502
Depósitos à vista		18.576	16.730
Depósitos a prazo		57.497	64.772
Captações no Mercado Aberto		13.000	-
Carteira Própria		13.000	-
Recursos de Aceite de Emissão Títulos	11.b	53.218	65.466
Recursos de Letras Créditos Imobiliários - LCI		53.218	65.466
Relações Interdependências		2.454	1.257
Transferência Interna de Recurso		2.454	1.257
Obrigações por empréstimos e repasses		12.617	21.613
FINAME	12	12.617	21.613
Instrumentos financeiros derivativos		-	99
Obrigações SWAP		-	99
Outras obrigações		8.795	3.714
Arrecadação de tributos e assemelhados		185	286
Fiscais e previdenciárias		7.438	2.282
Negociações intermediações valores		-	55
Instrumentos financeiros derivativos		51	-
Diversas		1.121	1.091
NÃO CIRCULANTE			
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.001.457	921.442
Depósitos	11.a	991.455	900.934
Depósitos à prazo		991.455	900.934
Obrigações por empréstimos e repasses		9.807	20.313
FINAME	12	9.807	20.313
Outras obrigações		195	195
Fiscais e previdenciárias		195	195
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		99	135
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		140.124	136.794
Capital Social	13.a	76.000	66.000
Reservas de Capital		1.256	1.256
Reservas de Lucros	13.b	62.868	69.538
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.307.837	1.232.022

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****(Em milhares de reais)**

	Semestre findo em	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.17	31.12.16
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	79.667	172.018	170.716
Rendas de operações de crédito	45.417	92.092	83.313
Rendas de arrendamento mercantil	-	-	1.251
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	34.250	79.926	86.152
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(56.242)	(127.246)	(129.717)
Despesas de captação no mercado	(43.401)	(101.698)	(112.541)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(985)	(2.220)	(2.712)
Despesas de arrendamento mercantil	-	-	(1.208)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.857)	(23.328)	(13.256)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.424	44.772	40.999
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(10.948)	(21.029)	(19.262)
Receitas de prestação de serviços	2.792	5.710	5.306
Despesas de pessoal	(6.674)	(12.803)	(11.497)
Outras despesas administrativas	(4.792)	(9.679)	(9.675)
Despesas tributárias	(2.038)	(3.774)	(2.994)
Resultado de Participações Coligadas e Controladas	17	17	107
Outras receitas operacionais	26	66	167
Outras despesas operacionais	(279)	(566)	(676)
RESULTADO OPERACIONAL	12.476	23.743	21.737
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	61	178	(66)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO	12.537	23.921	21.671
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.673)	(4.406)	(1.170)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(3.330)	(5.484)	(1.439)
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS	(342)	(955)	(534)
LUCRO DO PERÍODO	6.192	13.076	18.528
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(5.746)	(9.746)	(9.902)
LUCRO POR AÇÃO	0,09	0,20	0,28

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)**

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas Capital</u>	<u>Reservas de Lucros</u>		<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
			<u>Legal</u>	<u>Outras</u>		
Saldo em 30.06.17	76.000	1.256	3.029	56.509	2.884	139.678
Lucro Líquido do semestre					6.192	6.192
Destinações:						
Reservas			654		(654)	-
Juros sobre Capital Próprio					(5.746)	(5.746)
Outras Reservas				2.676	(2.676)	-
Saldo em 31.12.17	76.000	- 1.256	3.683	59.185	-	140.124
Saldo em 31.12.16	66.000	- 1.256	3.029	66.509	-	136.794
Lucro Líquido do exercício					13.076	13.076
Aumento de Capital						
Com Reservas	10.000			(10.000)		
Destinações:						
Reserva Legal			654		(654)	-
Juros sobre Capital Próprio					(9.746)	(9.746)
Outras Reservas				2.676	(2.676)	-
Saldo em 31.12.17	76.000	- 1.256	3.683	59.185	-	140.124
Saldo em 31.12.15	66.000	1.256	2.102	58.810	-	128.168
Lucro Líquido do exercício					18.528	18.528
Destinações:						
Reserva Legal			927		(927)	-
Juros sobre Capital Próprio					(9.902)	(9.902)
Dividendos						-
Outras Reservas				7.699	(7.699)	-
Saldo em 31.12.16	66.000	- 1.256	3.029	66.509	-	136.794

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
(Em milhares de reais)

	Semestre	Exercício findo em	
	findo em	31.12.17	31.12.16
	31.12.17		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	6.192	13.076	18.528
Ajuste ao Lucro Líquido:			
Depreciações e amortizações	137	249	308
(Superveniência) / Insuficiência da depreciação		-	1.805
Ajuste de Equivalência Patrimonial	(17)	(17)	(107)
Lucro Líquido Ajustado	6.312	13.308	20.534
(Aumento) e Redução em Ativos Operacionais			
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	60	(135)	12
(Aumento)/Redução em Oper. de Crédito, líquido de baixas/recuperações	(94.318)	(122.745)	(94.258)
(Aumento)/Redução em Arrend. Mercantil, líquido de baixas/recuperações	-	-	(219)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	4.728	(511)	1.148
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	1.049	(2.276)	(108)
Aumento e (Redução) em Passivos Operacionais			
Aumento/(Redução) em depósitos	5.280	85.092	297.390
Aumento/(Redução) Recursos de Letras de Cred Imobiliário	11.566	(12.249)	55.805
Aumento/(Redução) em Obrigações por operações compromissadas	13.000	13.000	-
Aumento/(Redução) Instrumentos Financeiro Derivativos	51	(48)	98
Aumento/(Redução) Relações Interfinanceiras e Interdependências	(65)	-	-
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimo e Repasse	(9.882)	(19.503)	(21.353)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(5.055)	5.031	(18.188)
Aumento/(Redução) Resultados Exercícios Futuros	53	(36)	(49)
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	(67.221)	(41.072)	240.812
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de investimento	-	-	-
(Aumento)/Redução em Títulos Valores Mobiliários	55.855	(43.198)	(134.896)
Alienação Imobilizado de Arrendamento	-	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.383)	(1.430)	(5)
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento	-	-	-
Benfeitoria	-	-	-
Aplicação de Diferido/Intangível	(160)	(160)	(85)
Caixa Líquido utilizado nas Atividades de Investimento	54.312	(44.788)	(134.986)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Juros s/Capital Próprio	(5.746)	(9.746)	(9.902)
Caixa utilizado nas Atividades de Financiamento	(5.746)	(9.746)	(9.902)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(18.655)	(95.606)	95.924
No início do período	373.892	450.843	354.919
No fim do período	355.237	355.237	450.843

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DA DIRETORIA:

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de Vsas., as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societárias adaptadas às normas do Banco Central do Brasil, para os exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018. A Diretoria

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016**

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **BANCO GUANABARA S.A.** é uma sociedade de capital fechado, operando sob a forma de Banco Múltiplo, com as seguintes carteiras: Comercial, Crédito, Financiamento e Investimentos e de Arrendamento Mercantil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº.11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1);
- Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2);
- Resolução nº 3.750/2009 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1);
- Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25;
- Resolução nº 3.873/2011 - Eventos subsequentes - CPC 24;
- Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1);
- Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23;

BANCO GUANABARA S.A.

- Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00 (R1); e
- Resolução nº 4.424/2012 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Os pronunciamentos CPC 23 e CPC 33 não produzem efeitos relevantes na elaboração das demonstrações financeiras do Banco.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes. As receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pós-fixados são contabilizadas *pró-rata* dia e as operações pré-fixadas registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de renda a apropriar ou despesas apropriar correspondentes ao período futuro.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades e das aplicações interfinanceiras de liquidez, com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os compromissos assumidos por vendas e/ou recompras são reconhecidos nas contas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Captações no Mercado Aberto e operações compromissadas lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro, líquidos das rendas e despesas a apropriar reconhecidas no resultado "*pró rata temporis*".

d. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a Administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores.

Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

Os instrumentos financeiros derivativos – "Hedge" de Risco de Mercado são contabilizados pelo valor de custo, com os ganhos e as perdas reconhecidos diretamente no resultado, já que os mesmos serão levados até o vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes.

e. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os saldos de repasses interfinanceiros, operações de créditos e obrigações de repasses no País, incluem os encargos e as variações monetárias até a data de encerramento do exercício. As rendas e despesas pré-fixadas são apropriadas ao resultado, "pró rata" dia, de acordo com o prazo das operações.

As atualizações das operações de crédito vencidas são reconhecidas em receitas até o 60º dia e, a partir desse período, são registradas em rendas a realizar.

f. Operações de Crédito, Outros Créditos com características de concessão de crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Essas operações são classificadas nos respectivos níveis de riscos, considerando:

a) os dispositivos da Resolução CMN nº 2682/99, b) avaliação da Administração mediante a conjuntura econômica, no período, consubstanciada na experiência passada e dados históricos, nos riscos específicos do negócio dos clientes, na qualidade das garantias, além disso, no reconhecimento do período de atrasos.

De acordo com as normas do BACEN, as atualizações das operações vencidas até 60º dia é contabilizada em receitas e, a partir do dia subsequente, em renda a apropriar, e o reconhecimento em receitas ocorrerá no efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, posteriormente são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes, na análise das operações e constituída em montante considerado suficiente, pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

g. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e/ou coligadas, com influência significativa, porém não tem o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos permanentes estão registrados pelo valor de custo, líquido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

h. Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos bens, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% (dez por cento) ao ano; sistemas de transporte - 20% (vinte por cento) ao ano; e sistemas de processamento de dados - 20% (vinte por cento) ao ano.

i. Diferido

O diferido é registrado ao custo de aquisição. A amortização dos gastos de organização e expansão será efetuada pelo período de 05 (cinco) anos, ou 20% (vinte por cento) ao ano.

Em consonância com a Resolução do CMN nº. 3.617/08, os saldos existentes devem ser mantidos até a sua efetiva baixa. A partir da publicação desse normativo só serão registrados as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento de resultado de mais de um exercício e que não configurem tão somente redução de custos ou acréscimos na eficiência operacional.

j. Intangível

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos e aquisições de licenças ou direito de uso software são reconhecidos como ativo intangível.

k. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) é reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado, no mínimo, por ocasião da elaboração do balanço. Em 31 de dezembro não foram reconhecidas perdas de ativos por *impairment*.

l. Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Os saldos de Depósitos à Prazo são demonstrados líquidos de despesas a apropriar, as quais são reconhecidas no resultado em função dos prazos das operações, como despesas de captação. As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de 1/3 (um terço) e os respectivos encargos foram provisionados segundo o regime de competência.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pelo regime de competência, calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões permitidas pela legislação vigente, sendo o imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 mil (R\$120 mil no semestre) e a contribuição social foi constituída à alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

n. Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC - 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, em observância à Resolução CMN/BACEN nº 3.823/09, conforme descrito abaixo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes: são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se o parecer dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.

o. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

p. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes); e
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

O saldo desta rubrica está representado por:

Aplicações no mercado aberto	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Letras Financeiras do Tesouro	2.002	63.043
Letras do Tesouro Nacional	348.158	370.219
Notas do Tesouro Nacional	7.003	20.018
Rendas a apropriar	(3.659)	(4.128)
Total	<u>353.504</u>	<u>449.152</u>
Circulante	353.504	449.152

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco Guanabara vem realizando algumas mudanças de estratégias, com objetivo de acompanhar a evolução e adaptação do mercado e obter rentabilidades com os movimentos de preços efetivos ou esperados. Em 29/01/2016 a Alta Administração decidiu reclassificar os títulos e valores mobiliários de "mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação").

5.a. Títulos e Valores Mobiliários:
Composição da Carteira por Categoria:

Classificação	Exercício findo em			
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Mantidos até o Vencimento	22.831	-	22.831	10.112
Letras Financeiras	16.517	-	16.517	10.112
Cotas Fidic Direitos Creditórios	6.314	-	6.314	-
Títulos para Negociação	343.501	437	343.938	313.296
Letras Financeiras do Tesouro	317.694	72	317.766	263.419
Letras do Tesouro Nacional	2.924	7	2.931	-
Notas do Tesouro Nacional	22.883	358	23.241	49.877
Vinculados a Prestação de Garantias	1.551	-	1.551	1.407
Letras Financeiras do Tesouro	1.551	-	1.551	1.407
Derivativos (Ativo)	89	-	89	397
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	367.972	437	368.409	325.212
Circulante			351.892	315.100
Longo Prazo			16.517	10.112

5.b. Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco Guanabara S.A. adota posição bastante conservadora na utilização de derivativos e mercados que envolvam excessivos riscos. As aplicações em instrumentos financeiros destinam-se a atender necessidades de seus clientes e que objetivam a reduzir a exposição a risco de taxa de câmbio. Os compromissos de compra a termo, realizados com clientes, são atrelados às operações de venda a termo e estão registrados em contas patrimoniais e de compensação.

O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa.

I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Descrição	Conta de Compensação		Valor Patrimonial	
	Valor Referencial		A Receber / (A Pagar)	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Posição vendida	(13.270)	(5.374)	89	280
Termo de Moedas (NDF)	(13.270)	(5.374)	89	280
Posição comprada	13.263	5.147	-	-
Dólar Futuro	13.263	5.147	-	-
Posição líquida	(7)	(227)	89	280
Contratos SWAP	-	9.670	(51)	18
Posição Ativa	-	4.835	(51)	(99)
Posição passiva	-	4.835	-	117

II) Contratos derivativos por vencimento:

<u>Compensação</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>Exercício findo em</u>	
		<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Termo de Moedas (NDF)	(13.270)	(13.270)	(5.374)
Dolár Futuro	13.262	13.262	5.147
SWAP	-	-	9.670
Total	(8)	(8)	9.443

III) Tipos de Margem dada em Garantia

<u>Títulos Públicos</u>	<u>Exercício findo em</u>	
	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Letras Financeiras do Tesouro	1.551	1.406
Total	1.551	1.406

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Referem-se, principalmente, a empréstimos a empresas do setor privado, com prazo médio de vencimento de 311 dias. As operações "FINAME" apresentam prazo médio de vencimento de 384 dias.

7. PROVISÃO PARA CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, com base na classificação do cliente nos níveis de riscos definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

a. Composição das operações de crédito por tipo e atividade:

Por atividade	Saldo da Carteira	
	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Indústria	73.672	70.874
Agrícola	2.303	-
Comércio	74.391	59.436
Outros Serviços	437.620	327.977
Rural	-	-
Intermediação financeira	627	627
Pessoa Física	13.493	20.051
Total	602.106	478.965

BANCO GUANABARA S.A.

Por tipo	Saldo da Carteira	
	31.12.17	31.12.16
Arrendamento	-	-
Empréstimos	514.046	377.563
Financiamentos	81.900	87.500
Fianças	5.828	13.454
Outros créditos	332	448
Total	602.106	478.965

Na composição do saldo está incluso os beneficiários de garantias prestadas no montante de R\$ 5.828 mil (2017) e 13.454 mil (2016), registrados em contas de compensação.

b. Distribuição do nível de risco da carteira de operações de crédito e constituição da provisão para devedores duvidosos:

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Carteira 31.12.17	% Distribuição	Provisão
AA	0,00%	-	0,00%	-
A	0,50%	51.825	8,61%	259
B	1,00%	315.097	52,33%	3.151
C	3,00%	197.756	32,84%	5.933
D	10,00%	9.648	1,60%	965
E	30,00%	11.342	1,88%	3.403
F	50,00%	-	0,00%	-
G	70,00%	3.007	0,50%	2.105
H	100,00%	13.431	2,23%	13.431
Total		602.106	100,00%	29.246

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Carteira 31.12.16	% Distribuição	Provisão
AA	0,00%	-	0,00%	-
A	0,50%	117.912	24,62%	590
B	1,00%	218.426	45,60%	2.184
C	3,00%	115.109	24,03%	3.453
D	10,00%	8.385	1,75%	839
E	30,00%	5.956	1,24%	1.787
F	50,00%	677	0,14%	339
G	70,00%	330	0,07%	231
H	100,00%	12.170	2,54%	12.170
Total		478.965	100,00%	21.592

BANCO GUANABARA S.A.**c. Movimentação da provisão para devedores duvidosos**

	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Saldo no início do período	21.592	23.151
Constituição da provisão	24.147	16.587
Reversão da provisão	(829)	(15.454)
Créditos baixados como prejuízo	(15.664)	(2.692)
Saldo no final do período	29.246	21.592

No exercício foi recuperado o montante de R\$ 2.790 mil (R\$ 2.479 mil em 2016), referente a créditos baixados como prejuízo.

8. INVESTIMENTOS

	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Participações em outras empresas	397	380
Controladas MEP	397	380
Títulos Patrimoniais	10	10
Outros Investimentos	1.467	1.467
Total	1.874	1.857

9. IMOBILIZADO

	Taxa de Depreciação a.a	Exercício findo em	
		31.12.17	31.12.16
Imobilizado de Uso			
Instalações	10%	1.318	389
Móveis e equipamentos	10%	865	461
Sistema de comunicações	10%	125	125
Sistema de processamento de dados	20%	2.502	2.405
Sistema de Segurança	20%	17	17
Imobilizado de Uso		4.828	3.397
(-) Depreciação acumulada		(3.238)	(3.100)
Total do Imobilizado de Uso		1.590	297
Imobilizado de Arrendamento			
Máquinas e Equipamentos		-	-
Veículos e afins		3.940	4.597
Aeronaves		-	-
Superveniência de depreciação		-	-
Imobilizado de Arrendamento		3.940	4.597
(-) Depreciação acumulada		(3.940)	(4.597)
Total do Imobilizado de Arrendamento		-	-
Total do Imobilizado		1.590	297

10. DEPÓSITOS**a. A carteira estava assim constituída:****Quanto ao Vencimento:**

Depósitos	31.12.17				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total Carteira
À Vista	18.576	-	-	-	18.576
A Prazo	-	8.595	48.901	991.456	1.048.951
Total	18.576	8.595	48.901	991.456	1.067.527

Depósitos	31.12.16				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total Carteira
À Vista	16.730	-	-	-	16.730
A Prazo	-	8.966	55.806	900.934	965.706
Total	16.730	8.966	55.806	900.934	982.436

b. Recursos de emissão de títulos

As Letras de Crédito Imobiliário foram emitidas no decorrer do 4º trimestre de 2016, os títulos são remunerados a taxa de 90% do CDI.

Por Vencimento	Exercício	
	findo em	
	31.12.17	31.12.16
	Até	Até
	6 meses	6 meses
Obrigações por emissões		
LCI	53.218	65.466
Total	53.218	65.466

BANCO GUANABARA S.A.

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os repasses no país são compostos por recursos originários de fundos ou programas oficiais, especialmente o "FINAME", os quais são sujeitos às seguintes taxas: As operações de Finame leasing foram encerradas no segundo semestre 2017

<u>Operação</u>	<u>Exercício findo em</u>	
	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Finame Pós	6,54%a.a + TJLP	6,14%a.a + TJLP
Finame Leasing Pós	-	-
Finame Pré	9,05 %	7,88 %
Finame Leasing Pré	-	-
Finame Selic	6,35 %a.a.	6,54% a.a.
Por tipo		
Repasses no País	22.424	41.926
Total	22.424	41.926
Por prazo		
Valores a curto prazo	12.618	21.613
Valores a longo prazo	9.806	20.313
Total	22.424	41.926

I) Abertura por Vencimento:

<u>Repasses no País</u>	<u>31.12.17</u>			
	<u>Até 3 meses</u>	<u>03 a 12 meses</u>	<u>01 a 03 anos</u>	<u>Total da Carteira</u>
FINAME	3.579	9.039	9.806	22.424
Total	3.579	9.039	9.806	22.424

<u>Repasses no País</u>	<u>31.12.16</u>			
	<u>Até 3 meses</u>	<u>03 a 12 meses</u>	<u>01 a 03 anos</u>	<u>Total da Carteira</u>
FINAME	6.767	14.846	20.313	41.926
Total	6.767	14.846	20.313	41.926

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O Capital Social é de R\$ 76.000 mil, representado por 76.000.000 ações ordinárias nominativas, cujo valor nominal é de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Lucros Acumulados

Em consonância com a Lei 11.638/07, o Banco Guanabara mantém em Reservas de Lucros o valor de R\$ 62.868 mil, referente a lucros não destinados. O saldo desta conta poderá ser utilizado para aumento de capital ou para distribuição de dividendos e compensação de prejuízos.

c. Juros sobre Capital Próprio

São calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP, calculado em conformidade com a legislação vigente. Os juros sobre capital próprio foram creditados líquidos de Imposto de Renda na Fonte montante de R\$ 8.284 (R\$ 8.415 em 2016).

13. REQUERIMENTOS MÍNIMOS DE CAPITAL

A Resolução CMN nº. 4.193/13 determinou nova forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), a partir de outubro de 2013, pelas instituições financeiras. Com base nessa norma, o índice de Basileia da Instituição, em 31.12.17, foi de 18,48% (21,02% em 31.12.16).

O CMN, através da Resolução nº 4.192/13, definiu o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis, Nível I e II. A referida resolução dividiu o capital Nível I em capital principal e capital complementar. O primeiro foi estabelecido de modo a ser composto, basicamente, por ações e lucros acumulados, enquanto o segundo por instrumentos que se assemelham aos chamados instrumentos híbridos de capital e dívida.

As instituições financeiras devem manter permanentemente montantes mínimos de Patrimônio de Referência, porém para apuração desse requerimento é necessário o cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O RWA corresponde à soma das parcelas relativas a risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O requerimento mínimo de PR corresponde a 9,25% (9,875% em 31.12.16) do montante RWA.

Em março de 2013, o Bacen tornou público as normas relacionadas à definição de capital e aos requerimentos de capital regulamentar com o objetivo de implementar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (Basileia III). Os principais objetivos são: (i) aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia; (ii) reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia; (iii) auxiliar a manutenção da estabilidade financeira; e (iv) promover o crescimento econômico sustentável.

14. GERENCIAMENTO DE RISCO

O Banco implementou uma estrutura de gerenciamento de risco, em cumprimento a Resolução CMN nº 3.467/07, com desdobramento em três unidades: Informações Gerenciais – Controles Internos e Gestão de Risco. Considerando sua prioridade na estratégia e gestão o Banco possui uma Política de Gestão Integrada de Riscos, com o objetivo de sistematizar a avaliação e controle dos riscos inerentes às atividades fins. Integram esta política os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, a saber:

Risco de Mercado - O Banco adota a metodologia “Value at Risk”, que é calculado diariamente, considerando os princípios ativos. Os cenários utilizados permitem a correlação entre os ativos e as suas classes, o que possibilita a estratégia de “hedge”. O relatório anual está disponível na instituição e no seu site;

Risco de Crédito – O Banco por possuir risco na carteira trading utiliza as metodologias padrão divulgadas pelo BACEN de acordo com o tipo de exposição para o cálculo diário do risco de mercado. Os cenários utilizados permitem a correlação entre os ativos e as suas classes, o que possibilita a estratégia de “hedge”. O relatório anual está disponível na instituição e no seu site.

Risco de Liquidez - O risco de liquidez do Banco é gerenciado através da análise de projeção do Fluxo de Caixa, contemplando os cenários econômicos e financeiros, situação “normal e estresse”. Além disso, os procedimentos adotados permitem identificar a ocorrência de desequilíbrio entre os pagamentos e os recebimentos que possam afetar significativamente a liquidez do banco, levando em consideração os ativos negociáveis, projeção de taxas de juros e prazos; e

Risco Operacional – O gerenciamento do Risco operacional está sob a responsabilidade do departamento de Controladoria e Gestão de Riscos. Visando atender ao disposto na resolução CMN nº 3380/2006, constantemente são implementadas políticas e procedimentos adequados à nossa estrutura. A descrição da estrutura do gerenciamento do Risco Operacional está disponível em nosso site.

15. GESTÃO DE CAPITAL

Entende-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição em consonância com os riscos a que está exposto, além de uma elaboração de metas, considerando os objetivos estratégicos do banco.

O Banco Guanabara efetua esse gerenciamento de forma prospectiva, ou seja, avaliando e preparando-se para possíveis perdas inesperadas de capital em decorrência de condições atípicas e/ou adversas de mercado.

16. OUVIDORIA

Em atendimento ao que dispõe a Resolução Bacen nº 4433/15, que visa assegurar a observância das normas regulamentares dos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre as Instituições e seus clientes, o Banco Guanabara possui área de Ouvidoria, que pode ser acessada por meio do telefone 0800 282 25 61 ou pelo e-mail ouvidoria@bancoguanabara.com.br.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

PEDRO AURÉLIO BARATA DE MIRANDA LINS, Diretor Presidente
ANTONIO DE PÁDUA ARANTES, Diretor
CARLA SANTORO, Diretora

CONTADOR RESPONSÁVEL

IVAN SOUSA DE MORAIS
Contador – CRCRJ Nº. 062.649/O-7